

# DO DISCURSO RELIGIOSO AO DISCURSO POLÍTICO- PARTIDÁRIO: a manipulação do discurso cristão no interior do Aparelho Ideológico do Estado Igreja <sup>1</sup>

Paulo Henrique Gregório da Silva<sup>2</sup>

homoliteratus@gmail.com

Orientadora: Profa. Me. Karla Janaína Alexandre da Silva<sup>3</sup>

karla.silva@pesqueira.ifpe.edu.br

---

## RESUMO

O presente artigo parte do questionamento sobre como, na conjuntura social brasileira das eleições de 2022, o discurso cristão foi capturado pelo discurso político-partidário. A influência da igreja como um Aparelho Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1985) não corresponde apenas à história recente do mundo ocidental, mas pode ser descrita cronologicamente desde a Idade Média, quando o discurso teocrático era utilizado para atribuir o autoritarismo político às ordens divinas, até a consolidação do sistema burguês, passando por um silenciamento entre os séculos XVIII e XIX, resultando na formação da sociedade capitalista organizada politicamente com base no liberalismo econômico. Notadamente, o sistema capitalista segue representado por um discurso a favor da classe dominante e da sua ideologia, contando com a participação da igreja para sua disseminação. Nesse sentido, busca-se analisar, teoricamente, o discurso do pastor Silas Malafaia durante as eleições de 2022. Com base nas noções teóricas de condições de produção discursiva (ORLANDI, 2012) e de sujeito do discurso (PÉCHEUX, 2009), observamos quatro declarações do pastor no *YouTube*. Pelas análises, percebemos que o pastor, na condição de sujeito do discurso e identificado à ideologia dominante, posicionou-se através do discurso cristão com finalidade política e para justificar a ordem do capital. Com isso, cooperou para disseminação de um discurso que já não se configura como cristão, pois convocou os evangélicos a se manifestarem radicalmente contra partidos políticos e contra os poderes da República brasileira. Com esta breve discussão teórica, esperamos contribuir para os estudos linguísticos e, sobretudo, para a divulgação da teoria pecheuxtiana.

Palavras-chave: Discurso Cristão. Capitalismo. Análise do Discurso.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Linguagem e Práticas Sociais, do IFPE- *Campus* Garanhuns.

<sup>2</sup> Graduado em Letras e suas Literaturas pela Universidade Estadual de Pernambuco (UPE)- *Campus* Garanhuns. Pósgraduando em Linguagem e Práticas Sociais pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) - *Campus* Garanhuns.

<sup>3</sup> Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora e pesquisadora do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Pesqueira. Membro do GELPS – Grupo de Estudos em Linguagem e Práticas Sociais (IFPE/CNPq).

## **ABSTRACT**

This article starts by questioning how, in the 2022 Brazilian elections, the Christian discourse was captured by the political-party discourse. The influence of the church as an Ideological State Apparatus (ALTHUSSER, 1985) does not correspond only to the recent history of the Western world, but can be described chronologically from the Middle Ages, when theocratic discourse was used to attribute political authoritarianism to divine orders, to the consolidation of the bourgeois system, going through a silencing between the 18th and 19th centuries, resulting in the formation of a capitalist society based on economic liberalism. Notably, the capitalist system continues to be represented by a discourse in favor of the ruling class and its ideology, counting with the participation of the church for its dissemination. Therefore, we analyze the discourse of Pastor Silas Malafaia during the 2022 election period. Based on the theoretical notions of discursive conditions of production (ORLANDI, 2012) and subject of discourse (PÊCHEUX, 2009), we observed four statements of the pastor on YouTube, realizing that the pastor, in the condition of subject of discourse and identified with the dominant ideology, positioned himself through Christian discourse with political purpose. With this, he cooperated to the dissemination of a discourse that is no longer configured as Christian, because he called the evangelicals to manifest radically against political parties and against the powers of the Brazilian Republic. With this brief theoretical discussion, we hope to contribute to linguistic studies and, above all, to the dissemination of the Pecheuxian theory.

Keywords: Christian Discourse. Capitalism. Discourse Analysis.

## **PRIMEIRAS PALAVRAS**

Ao longo da história do ocidente, a igreja sempre obteve o primado na sua relação com o Estado. Através da pregação do discurso cristão<sup>4</sup>, ela contribuiu e segue contribuindo para a legitimação da exploração/subordinação dos sujeitos ao discurso dominante, exercendo o papel de Aparelho Ideológico do Estado – AIE (ALTHUSSER, 1985).

Essa visão da igreja como um AIE nos leva a pensar sobre a sua atuação política desde a Idade média, até os dias de hoje e como ela corrobora para a reprodução de práticas do neoliberalismo.

Com relação à influência da igreja no Estado brasileiro, sabemos que esta remonta o período colonial, com a chegada dos portugueses e a atuação da igreja católica no país. O poder exercido pela igreja católica também perpassa toda a nossa história republicana. Na atualidade, o poder atribuído à igreja vem sendo exercido fortemente pela igreja evangélica, através do seu alinhamento ao projeto neoliberal e da sua identificação com o discurso político da extrema-direita brasileira. Durante as eleições presidenciais de 2022, houve uma forte atuação de líderes evangélicos na tentativa de eleger Jair Messias Bolsonaro, candidato à reeleição pelo Partido Liberal (PL).

---

<sup>4</sup> Neste artigo, o termo “discurso cristão” remete ao discurso religioso que se configurou a partir dos textos evangélicos apoiados na figura de Jesus Cristo. Esse discurso se consolidou no ocidente, a partir da atuação das igrejas católica e protestante.

O objetivo desta pesquisa é discutir teoricamente esse poder atribuído à igreja, enquanto AIE (ALTHUSSER, 1985), a partir da manipulação do discurso cristão. Para tanto, analisaremos quatro declarações do pastor Silas Malafaia realizadas através da rede social *YouTube*, nos meses que sucederam o resultado do pleito eleitoral de 2022, no qual Luís Inácio Lula da Silva é eleito presidente.

Para a realização das análises, mobilizaremos, principalmente, duas noções teóricas: a de condições de produção discursiva (ORLANDI, 2012) e de sujeito do discurso (PÊCHEUX, 2009).

Sobre a noção de condições de produção discursiva, Orlandi (2012) dirá que compreende os sujeitos e a situação, sendo que as condições de sentido estrito vinculam-se às condições da enunciação e as de sentido amplo ao contexto sócio-histórico ideológico.

Portanto, discutir teoricamente o posicionamento discursivo de Malafaia durante as eleições presidenciais de 2022 implica olhar para o modo como a igreja evangélica vem atuando na esfera de poder, através do seu alinhamento ao projeto neoliberal e da sua identificação com o discurso político da extrema-direita brasileira.

O conceito teórico de condições de produção discursiva irá associar-se a outra noção, a de interdiscurso. Esta é compreendida como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (PÊCHEUX, 2009), e que Orlandi (2012, p. 31) vai chamar de memória discursiva: “O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma de preconstruído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Portanto, o posicionamento discursivo de Silas Malafaia não corresponde a um posicionamento individual, que tem origem naquilo que o sujeito pensa ou diz. Ele aponta para esse outro lugar, o interdiscurso e se justifica pelo fato de que o sujeito está submetido a um descentramento constitutivo, não sendo ele a origem do discurso (PÊCHEUX, 2009).

Sendo assim, pelas análises, tentaremos verificar como o discurso proferido pelo pastor evangélico, cooperou para a disseminação de um discurso que já não se configura como cristão, pois convocou os evangélicos a se manifestarem radicalmente contra partidos políticos e contra os poderes da República brasileira.

Esperamos que esta breve discussão teórica possa, de algum modo, contribuir para os estudos linguísticos e, sobretudo, para a divulgação da teoria pecheuxtiana.

## **1. MUDANÇAS DO MODELO DE PRODUÇÃO FEUDAL PARA O MODELO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”  
(MARX, 2011, p. 17).

Para discutir as relações da igreja e da política partidária na atual conjuntura social brasileira, propomos uma breve retomada do processo histórico do ocidente. Na verdade, o entrecruzamento do discurso cristão com o discurso político durante as eleições presidenciais brasileiras de 2022 não pode ser considerado como um fato novo. Ele remete ao discurso teocrático e a como este, durante a Idade Média, consolidou a união entre a igreja e a política através do sistema feudal.

Sobre esse período histórico, Baschet (2006) afirma que, apoiado em um discurso que liga diretamente o homem a Deus (*Dominus*), o feudalismo possui três características fundamentais: a relação entre o senhor feudal e os seus dependentes

(os vassalos); a distinção entre os nobres e os não nobres e a interdependência e, ao mesmo tempo, oposição entre o campo e a cidade.

A unidade de base que configura essa sociedade, a partir das relações de dominação e de exploração é, sobretudo, ideológica. Baschet (2006) dirá que a tríade pregação, confissão, comunhão compõe a base discursiva sobre qual vai se sustentar a igreja para configurar o seu discurso contra os hereges, bruxas e ateus. Um sistema político-econômico que justifica o seu autoritarismo através das leis divinas.

Mas, apesar de a dinâmica do sistema feudal ter dominado o mundo antigo por mil anos, este mesmo sistema sedimentará a sua derrocada. Neste sentido, afirma Baschet (2006) que a fragmentação política, a fixação espacial, o encelulamento e o iluminismo nascente irão questionar os dogmas da igreja e, associados a uma situação de desordem, de regressão ou mesmo de estagnação, contribuirão à ascensão da burguesia.

Uma vez consolidada, a classe burguesa começa a exigir espaço na política. Isto se dará através de revoluções, dentre as quais se destacam a Revolução Francesa, em 1789, e a Revolução Industrial, que ocorre durante os séculos XVIII e XIX. Conforme Hobsbawn (1981), os ideais da Revolução Francesa serão responsáveis por fornecer o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo, a exemplo do conceito e o vocabulário do nacionalismo.

Entretanto, mesmo que a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, seja considerada como um manifesto revolucionário contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, ela não se configura exatamente como um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária:

No geral, o burguês liberal clássico de 1789 (e o liberal de 1789-1848) não era um democrata, mas sim um devoto do constitucionalismo, um Estado secular com liberdades civis e garantias para a empresa privada e um governo de contribuintes e proprietários (HOBSBAWN, 1981, p. 77).

Portanto, o regime político estabelecido a partir da Revolução Francesa expressa, sobretudo, os interesses da classe burguesa e simula manifestar a vontade geral do *povo*, agora identificado ao termo *nação francesa*. Um conceito considerado revolucionário, mas que ia além do que pretendia expressar o programa liberal-burguês. Na verdade, o termo *nação francesa*, do ponto de vista ideológico, funcionava como uma faca de dois gumes.

No processo de configuração do Estado Moderno europeu destaca-se (também) a Revolução Industrial. Para Oliveira (2017), essa revolução foi o resultado de uma série de fatores históricos, dentre os quais se ressaltam dois: o primeiro deles é a Revolução Gloriosa, encabeçada pela burguesia inglesa e que contribuiu para a queda do regime feudal, do absolutismo e para a instalação de uma monarquia parlamentarista que atendia aos interesses econômicos da classe burguesa.

O segundo é que, durante a Idade Média, a produção artesanal europeia era realizada inicialmente em um sistema familiar, que não almejava comércio, e destinava-se apenas para atender as necessidades do povo. Nesse contexto, os trabalhadores, além de produzir em suas casas e possuir as ferramentas necessárias para a concretização das atividades, detinham o controle das técnicas e do processo de trabalho que empregavam (OLIVEIRA, 2017).

Entretanto, com o fim da Idade Média e a implantação do sistema de fábricas (século XVI), esse cenário é alterado e, com isso, modificam-se os papéis desempenhados pelos trabalhadores. Se antes eles estavam organizados em um

negócio familiar, dentro de uma oficina artesanal, agora, se deslocavam para um local de trabalho específico e operavam para promover os lucros dos donos das fábricas.

Oliveira (2017) ainda destaca que esse processo acabou expulsando do campo uma parcela considerável da população que, impedida de acessar os bens-comuns- agora arrendados, não conseguiu mais manter-se com a produção de suas pequenas propriedades. “Os artesãos saíram das suas oficinas, perderam sua autonomia, não eram donos do que produziam, foram expropriados de seus saberes e das suas ferramentas” (MARX, 1968 *apud* OLIVEIRA, 2017).

Desse modo, iniciou-se a mudança da sociedade burguesa para a sociedade capitalista. De um lado, as inovações tecnológicas e sociais que contribuem ao processo de industrialização e desenvolvimento das cidades; do outro, a formação de uma classe trabalhadora sem qualquer segurança jurídica, exposta aos desmandos da classe burguesa. Essa conjuntura resulta na luta de classes que configura a sociedade do capital: “a produção vai crescer patentemente, o assalariado se expandir e as lutas operárias se multiplicaram e se organizaram.” (BEAUD, 1987 *apud* OLIVEIRA, 2017).

Tudo isso ocorria em um Estado que se configurava sob os moldes de um liberalismo econômico e político marcadamente não intervencionista, no tocante às relações que se estabeleciam no mercado. Com exceção da sua atuação para conter os movimentos que tentassem organizar os trabalhadores.

Para Decca (2023), dentre todas as utopias criadas a partir do século XVI, nenhuma se realizou tão desgraçadamente como a da sociedade do trabalho. Nessa conjuntura, “o trabalho passou a ser a fonte de toda a produtividade e expressão da própria humanidade do homem” (ARENDR, 2007, p. 139).

Após 1830, a produção industrial se expandiu para outros países, principalmente para os da Europa e os Estados Unidos. Desse modo, a Revolução Industrial foi um acontecimento histórico que mudou não somente a realidade social da Inglaterra, mas interviu para a ressignificação social, política e econômica de todo o mundo ocidental (ENGELS, 1986).

Em relação à igreja, apesar de não ter um papel idêntico ao que desempenhava durante a Idade Média, ela segue funcionando como um Aparelho Ideológico do Estado (AIE)<sup>5</sup>. Sobre essa noção, Althusser (1985, p. 43) nos dirá se tratar de um “certo número de realidades que se apresenta ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas, sempre a serviço da classe dominante”. Sendo assim, na sociedade do capital, o discurso cristão (difundido pelo AIE igreja) foi atualizado e segue assujeitando ideologicamente os sujeitos pertencentes a essa conjuntura econômica e política.

Dando continuidade a esta discussão e aproximando-a da realidade brasileira, teremos algumas considerações sobre como, no processo de conformação do Estado brasileiro, deu-se a relação entre a igreja e a política.

## 1.1 “O casamento da igreja católica com o Estado brasileiro”

E ordenou-lhes, dizendo: Olhai, guardai-vos do fermento dos fariseus e do fermento de Herodes (São Marcos, 8:15).

---

<sup>5</sup> “A igreja será usada na consolidação do projeto de poder da classe dominante, utilizando o poder clerical através da formação discursiva religiosa, falando da mesma posição aos fiéis, indivíduos assujeitados pelo discurso ideológico da classe dominante reproduzindo o modo de produção capitalista” (ALTHUSSER, 1985, p. 43).

De acordo com Casamasso (2010), ao consolidar a união entre Estado e igreja Católica trazida do passado colonial, a Constituição brasileira de 1824 procurou estabelecer sólidos alicerces para a manutenção do que Emile Poulat denominou de sociedade-verdade:

A legitimação da sociedade política fundava-se, então, em uma concepção de verdade objetiva, isto é, de uma concepção de bem universal, incontrastável e avessa ao pluralismo político e religioso, cuja guardiã maior, única e exclusiva, era a Igreja Católica, que, por seu turno, contava, em terras brasileiras, às vezes contra a sua própria vontade, com a decidida e implacável proteção do poder estatal [...] (CASAMASSO, 2010, p. 6168).

Portanto, a Constituição brasileira de 1824 irá selar no plano jurídico um casamento que já existia no plano ideológico: a união entre o Estado brasileiro e a igreja católica. Isto é, a nossa sociedade seria guiada por homens, mas segundo os fundamentos divinos.

O autor (CASAMASSO, 2010) ainda cita algumas passagens do texto da Carta Magna de 1824, em que se destaca essa relação entre o império brasileiro e a igreja católica. Na parte introdutória da constituição de 1824, em caixa alta está escrito “Em nome da Santíssima Trindade”. No seu dístico de anunciação e no artigo 103, o imperador Dom Pedro I é apresentado como imperador pela “graça de Deus e unanime aclamação dos povos” e faz o juramento de “manter a Igreja Católica Apostólica Romana”, respectivamente.

Pela retomada desses fragmentos da Constituição brasileira de 1824, percebemos que, tal qual na Idade Média, quando a igreja católica consolidou seu poder na sociedade feudal através do discurso religioso-cristão, aqui, também, no Brasil, essa mesma estratégia discursiva foi utilizada pela coroa portuguesa. A religião do monarca deveria ser a religião de todo o povo brasileiro. E as relações sociais (políticas, econômicas e culturais) que se estabeleceriam no império estariam sujeitas ao poder divino do imperador. Um poder que lhe foi instituído por Deus através da igreja.

Esse aparelhamento político-ideológico do Estado brasileiro com base no discurso religioso-cristão e alicerçado em um ordenamento jurídico, na qualidade de norma constitucional, nos faz pensar sobre o modo como o Estado vai se utilizar das instituições, especialmente da igreja, para a reprodução do discurso dominante ao longo do tempo.

Neste sentido, retomamos Althusser (1985), ao referir-se à igreja como um aparelho ideológico do estado, como uma instituição reprodutora da ideologia da classe dominante. Se antes o discurso religioso-cristão contribuía para a manutenção da sociedade escravocrata brasileira, hoje ele contribui para justificar as relações de exploração/subordinação da sociedade capitalista.

Outrora, a igreja católica exerceu única e exclusivamente esse papel de AIE. Hoje, percebemos que esta instituição não é a única a exercer poder sobre os sujeitos. Na atual conjuntura brasileira, a igreja evangélica vem se destacando na divulgação de propostas de governos associadas à política neoliberal.

## **1.2 A Questão Protestante**

Ao falar sobre a questão protestante no Brasil, é preciso esclarecer que o termo protestante não se refere apenas a um modo de ser evangélico, mas corresponde a

diferentes formas de posicionar-se através da religião. Em nosso país, destacam-se três denominações: os reformadores, os pentecostais e os neopentecostais.

Em relação aos reformadores, Bueno da Silva (1981, p. 916), associa o termo protestante a aquele que protesta contra alguma coisa; “o que se diz do partido da Reforma (luteranos, calvinistas, anglicanos etc.)”. No caso do Brasil, podemos dizer que protestante reformador é aquele que está em busca da reforma religiosa e que se posiciona frente a outras instituições que detenham o poder de modo arbitrário. A julgar pelo que vimos aqui do processo histórico de formação do estado brasileiro, o reformista questiona o poder dado à igreja Católica.

Entretanto, não é apenas posicionar-se contra uma religião. Para Welch e Dillenberger (1954, p. 282), ser protestante também significa seguir os princípios dos grandes reformadores, a saber: a justificação pela fé, o direito e o dever do juízo final em matéria de fé e a autoridade das escrituras.

Em relação ao pentecostalismo no Brasil, o sociólogo Paul Freston (1993), classificou o fenômeno pentecostal em três ondas: a primeira onda deu-se de 1910 a 1950, com a Congregação Cristã no Brasil (CCB), fundada por Luigi Francescon, e com a Assembleia de Deus (AD), estabelecida por Daniel Berg e Gunnar Vingren.

Estas duas igrejas tiveram o campo brasileiro para si durante 40 anos, pois suas igrejas “irmãs” eram quase inexpressivas no país. A CCB, após um grande êxito inicial, se estagnou enquanto que a AD se expandiu geograficamente.

A segunda fase pentecostal deu-se entre os anos de 1950 a 1960, numa fragmentação pentecostal que deu origem a novas igrejas como a Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), em 1951, a igreja O Brasil para Cristo, em 1955, e a Igreja Pentecostal Deus é Amor (IPDA), em 1962.

A terceira e última fase iniciou-se no fim da década de 70 ganhando força no início de 1980. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), em 1977, seguida pela Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) no ano de 1980. Ambas propõem uma nova roupagem para o pentecostalismo na inserção social e fazem surgir um novo nome para seu *modus vivendi*, o neopentecostalismo (FRESTON, 1993).

Na origem dos neopentecostais, destaca-se a “Ciência de Cristo”, como fonte inspiradora de todas as religiões neopentecostais subsequentes. Essa seita, fundada em 1886 por Mary Baker-Eddy, possui ainda hoje, um século após a morte de sua fundadora e “imperadora”, quase mil e novecentas igrejas, estando presente em setenta e seis países. A “bíblia” desse movimento, escrita pela fundadora, denomina-se “Ciência e Saúde com a Chave das Escrituras”. O neopentecostalismo no Brasil tem como um dos seus dogmas a teologia da prosperidade que, além de propor curas miraculosas, produz um discurso contra as religiões de matriz africana e também fazem uma forte oposição à igreja católica (FRESTON, 1993). O pastor Silas Malafaia se insere nesse grupo de evangélicos.

Segundo Campos (2010), a retórica e a prática religiosa das igrejas evangélicas eram, de certo modo, ignoradas pelo campo político, quando o protestantismo ainda registrava uma insignificante presença no campo religioso brasileiro e latino-americano. Entretanto, outro discurso sobre os evangélicos foi assumido no país, quando os protestantes ultrapassaram no Brasil a taxa de 1% da população.

Conforme os dados do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, houve um crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Dos que se declararam evangélicos, 60,0% eram de origem pentecostal, 18,5%, evangélicos de missão e

21,8%, evangélicos não determinados. Um número que corresponde atualmente a 42.275.440 de pessoas no país (SOCIAIS, 2012).

Além do aumento expressivo de fiéis na década anterior, essa visibilidade política dos evangélicos na sociedade brasileira deve-se também ao fato de que a constituição do seu campo religioso somente em um primeiro momento foi moldada pelos colonizadores Ibéricos e pelo discurso dos seus missionários, representantes da igreja católica apostólica romana. Em um segundo momento, os atores religiosos protestantes ampliaram tais fronteiras, fazendo da retórica uma forma de legitimação institucional.

De acordo com Campos (2010), a estratégia missionária evangélica quase sempre foi a de se opor sistematicamente ao catolicismo atribuindo a ele toda a culpa pela falta de progresso do país. Os evangélicos brasileiros sempre consideraram ser deficiente o funcionamento do Estado brasileiro no período Imperial, justificando o atraso econômico e cultural do país como consequências da ligação entre o trono e o altar.

Essa estigmatização da igreja católica se tornaria um argumento recorrente no discurso protestante brasileiro e, somado ao complexo de minoria e à tendência anticultural dos evangélicos, tornou-se uma mola propulsora do comportamento político desse segmento religioso e segue presente até os dias de hoje.

Com relação à aliança entre as igrejas evangélicas de origem neopentecostal e os interesses políticos da extrema-direita brasileira, podemos considerar que estas, na qualidade de AIE (ALTHUSSER, 1985), alinham-se ideologicamente ao neoliberalismo econômico.

Desse modo, além do discurso anticatolicista, esses evangélicos também defendem uma substituição do Estado laico, por um Estado orientado, regulado pela sua igreja. Por esse motivo, tornou-se comum circular entre os evangélicos durante o período eleitoral a reprodução de dizeres tais como: “queremos ter um homem de Deus, um evangélico na presidência”, ou “queremos o Brasil para Cristo”; ou “evangélico vota em evangélico”<sup>6</sup>.

Por esses dizeres, percebemos a associação do discurso cristão a um discurso de intolerância e autoritarismo. Um discurso que, em nome de Deus, voltou-se contra os poderes da República durante as eleições presidenciais de 2022 para abolir o Estado Democrático de Direito brasileiro.

Com base nesta conjuntura é que analisaremos o discurso do pastor Silas Malafaia que, na condição de sujeito neoliberal e identificado ao discurso político partidário da extrema-direita brasileira, irá posicionar-se favoravelmente à reeleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Seguiremos a discussão com a apresentação das noções teóricas que fundamentarão nossas análises.

## **2. SOBRE A TEORIA DO DISCURSO**

As noções teóricas que nortearão a nossa análise correspondem à teoria materialista do discurso (AD), que foi proposta pelo filósofo francês Michel Pêcheux (2009). Nessa perspectiva de estudo, todo processo discursivo deve ser remetido às relações de sentido que o produzem (PÊCHEUX, 2012). Isso significa dizer que

---

<sup>6</sup> Os exemplos citados correspondem a dizeres recorrentes nas redes sociais e repetidamente reproduzidos nas igrejas evangélicas durante as eleições presidenciais de 2022. Exemplos que correspondem à experiência do autor, na condição de evangélico.

nenhum discurso é original, mas constrói-se socialmente o sentido, no interior das práticas sociais de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis.

Essa compreensão do que vem a ser o sentido aponta para outra noção teórica proposta pela teoria pecheuxtiana: a de condições de produção discursiva. Conforme Orlandi (2012, p. 30), as condições compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, sendo que em sentido estrito remetem às condições da enunciação, e “em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico ideológico”.

Pensando nas análises seguintes, temos como condições de produção discursiva de sentido estrito, o cenário brasileiro das eleições presidenciais de 2022. Um cenário caracterizado pela polarização política entre partidos de esquerda e de extrema-direita representados por Luís Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e Jair Messias Bolsonaro, candidato do Partido Liberal (PL), respectivamente.

Além desse contexto político, consideramos como condições de produção discursiva de sentido amplo, uma forte divisão na sociedade brasileira gerida pela lógica do capital. De um lado, sujeitos identificados à proposta política da esquerda e do outro, sujeitos que foram capturados por uma narrativa anticorrupção e/ou identificados ao discurso religioso e que aderem ao discurso político partidário da extrema-direita brasileira, amplamente propagado por líderes religiosos, em especial, por líderes da igreja evangélica.

Essa divisão da sociedade brasileira também está associada à crise financeira mundial de 2008 e aos seus desdobramentos no Brasil, mais precisamente durante o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT). A regulação no sistema financeiro que não existia na maioria dos países desenvolvidos inicialmente salvou o Brasil da pior crise financeira global desde a Segunda Grande Guerra. No entanto, a desvalorização do dólar e medidas equivocadas de gestão da economia resultaram na desindustrialização e em um rombo nas contas públicas brasileiras. Esse cenário vai servir de munição para a reprodução de um discurso sobre a economia como forma de desestabilizar o governo Dilma e para o acirramento político do discurso da direita e ultradireita, incluindo aí, as Igrejas evangélicas.

Nesse contexto, o pastor Silas Malafaia surge como um legítimo representante do discurso político partidário da extrema-direita, que a partir do lugar social que ocupa (de pastor presidente da Igreja Evangélica Vitória em Cristo) irá posicionar-se discursivamente contra os adversários políticos de Jair Messias Bolsonaro e as instituições políticas da República brasileira.

O conceito teórico de condições de produção discursiva também pode ser associado à noção de interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (PÊCHEUX, 2009), e que Orlandi (2012, p. 31) vai chamar de memória discursiva: “O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma de preconstruído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”.

Desse modo, o posicionamento discursivo de Silas Malafaia e dos demais sujeitos identificados ao discurso da extrema-direita não corresponde a um posicionamento individual, que tem origem naquilo que o sujeito pensa ou diz. Ele aponta para esse outro lugar, o interdiscurso. Isso se justifica pelo fato de que o sujeito está submetido a um descentramento constitutivo e ele não é a origem do discurso (PÊCHEUX, 2009).

Sobre a noção de sujeito do discurso recorreremos inicialmente a Althusser (1985, p. 99) para explicá-la. Segundo o autor, é a ideologia que interpela o indivíduo em

sujeito. Ela “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” os indivíduos, e os “transforma” em sujeitos através de um processo chamado de interpelação ideológica.

Neste sentido, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Conforme Pêcheux (2009), a ideologia e o inconsciente são estruturas cuja característica comum é dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências subjetivas, isto é, imaginárias correspondendo à realidade.

Desse modo, mesmo que interpelado pela ideologia, o sujeito acredita ser a origem daquilo que pensa (o sentido) e diz (o discurso), mas, na realidade, está identificado a sentidos que o constituem ideologicamente através do interdiscurso. Essa relação do sujeito com os sentidos se dá através de uma formação discursiva (FD) e via forma-sujeito.

Para Pêcheux (2009, p. 160) a formação discursiva se define: “como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada determina o que pode e deve ser dito”. Ela representa no discurso as formações ideológicas que correspondem à formação social na qual o indivíduo está inserido. Nesse sentido, a FD corresponde ao sentido que será atribuído ao dizer do sujeito, a partir de fatores sociais, históricos e ideológicos. Com relação à forma-sujeito, Pêcheux nos diz que:

[...] é na forma-sujeito, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, que se realiza o non-sense da produção de sujeito como causa de si sob a forma de evidência primeira, isto é, “de que eu sou realmente eu” (PÊCHEUX, 2009, p. 226).

Portanto, a forma-sujeito corresponde a como o sujeito é moldado ideologicamente, desde um modo de produção específico. Orlandi (2007) dirá que a forma-sujeito corresponde à forma sujeito histórica e que é o efeito ideológico responsável por caracterizar o homem da modernidade: sujeito de direito ou sujeito jurídico, efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista.

A autora (ORLANDI, 2007) amplia um pouco mais essa discussão, ao dar o exemplo da forma-sujeito histórica ocidental: por um lado, a igreja mostrou como a forma sujeito-religioso representava uma subordinação explícita do homem ao discurso religioso, e ao seu assujeitamento ideológico na Idade Média, garantindo a legitimidade do sistema feudal e a exploração/subordinação através das leis divinas.

Por outro lado, com a dissolução do feudalismo e ascensão da burguesia, esta subordinação ao discurso religioso dá lugar à outra subordinação menos explícita, a do homem às leis: com seus direitos e deveres, um sujeito livre em suas escolhas: O sujeito do capitalismo, interpelado pela ideologia da classe dominante, que irá reproduzir em seu discurso o modo de produção capitalista.

A partir dessas colocações, pensamos que, do ponto de vista da teoria pecheutiana, Malafaia corresponde ao sujeito do discurso forjado pela forma-sujeito da sociedade do capital e se subordina à ideologia da classe dominante. E o seu posicionamento através do discurso religioso-cristão também está subordinado a esta ordem de assujeitamento ideológico.

É importante destacar que o assujeitamento ideológico não é da ordem do consciente. Ele corresponde ao fato de que o sujeito está submetido ao seu próprio inconsciente (FERREIRA, 2010). Isto é, o sujeito não detém o controle sobre a ideologia, mas é submetido ao seu funcionamento discursivo. E as marcas do efeito

da ideologia sobre o sujeito se materializam através do seu posicionamento discursivo pela língua.

Dessa forma, ao analisar o discurso de Malafaia, estaremos atentos a essas marcas que correspondem ao modo como esse sujeito se identifica à ideologia dominante e, ao mesmo tempo, como ele se posiciona politicamente através do discurso cristão para alcançar outros evangélicos. Passemos aos procedimentos metodológicos adotados durante a análise.

### 3. METODOLOGIA

Como já dissemos, este artigo busca refletir sobre como, na conjuntura social das eleições presidenciais brasileiras de 2022, o discurso cristão foi capturado pelo discurso político-partidário. A partir das noções teóricas de condições de produção discursiva e de sujeito do discurso (ORLANDI, 2012; PÊCHEUX, 2009), analisaremos o discurso do pastor Silas Malafaia, durante as eleições presidenciais brasileiras de 2022.

O corpus da nossa análise é constituído pelo recorte de falas do pastor na rede social *YouTube*. Está organizado em 04 sequências discursivas (SD) que foram adaptadas e transcritas de forma livre.

A partir do que propõe a Análise do Discurso de linha pecheuxtiana (PÊCHEUX, 2009), partiremos dessas declarações do pastor Silas Malafaia para pensar como ele, na condição de sujeito do discurso, assujeitado à ideologia dominante, contribui para a disseminação de um discurso que já não pode mais ser considerado cristão, pois incita os evangélicos a se voltarem contra partidos políticos e contra os poderes da República brasileira. Passemos às análises.

### 4. AS ANÁLISES

Nas sequências discursivas analisadas percebemos uma identificação do sujeito ao discurso neoliberal, já que este se posiciona claramente a favor da política de Estado promovida pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro.

Legitimado pela autoridade de pastor neopentecostal, Malafaia se dirige aos fiéis da igreja, também identificados a essa FD religiosa (cristã neopentecostal) para desacreditar as instituições e os partidos políticos contrários ao governo Bolsonaro. Vejamos:

#### Sequência Discursiva 01

Eu tenho vergonha de saber que 20% dos evangélicos votaram em Lula, isso é, quase 7 milhões de pessoas. E não venham aqui fazer acusações levianas ao povo nordestino. Ele teve voto em tudo que é lugar, e venceu em Minas Gerais. Não venham aqui com essa conversa, eu tenho vergonha, isso sim [...].

Fonte: *YouTube*. “A resposta à matéria *fake* da Veja, dizendo que mandei boicotar o Nordeste”, vídeo de 01/11/2022, acesso em 12/05/2023.

Na SD1, destacamos as condições do cenário político de 2022, em que temos uma eleição polarizada entre a extrema-direita e a esquerda. Malafaia, após o resultado do 2º turno das eleições de 2022 para presidente, reconhece a vitória de Lula, mas demonstra insatisfação pelo resultado. Ao enunciar, inicia com uma interjeição moral própria do discurso religioso difundido nas igrejas evangélicas: “Eu tenho vergonha”. O uso da expressão soa como uma exortação ao público

evangélico, com o objetivo de fazê-lo refletir sobre sua escolha política (os vinte por cento de evangélicos que votaram em Lula) e, tentando persuadi-los pela máxima evangélica “homem de Deus tem de votar em homem de Deus”, isto é, o homem de Deus não votaria em Lula, mas em Bolsonaro.

Destacamos a escolha lexical do sujeito pela palavra vergonha (iniciando e encerrando o enunciado). O uso desse termo nos textos bíblicos e o seu emprego no sermão evangélico, quase sempre, é como um sinônimo para a palavra pecado. No hebraico<sup>7</sup>, a palavra pecado significa “errar o alvo”, “cometer um erro”. Neste sentido, compreendemos a escolha pelo termo vergonha como um modo de o sujeito evidenciar o seu posicionamento político, referindo-se aos eleitores evangélicos que não votaram no candidato Bolsonaro como pecadores.

Também, não podemos esquecer a polarização política entre os partidos de direita e de esquerda, baseada na dicotomia bem x mal. E os candidatos Lula e Bolsonaro poderiam ser a personificação de uma dessas forças, a partir da identificação do sujeito com as propostas políticas que cada um representava.

O emprego da palavra “vergonha” por Malafaia dialoga com aquilo que Orlandi (2012, p. 38) vai falar sobre o jogo entre paráfrase e polissemia na AD, em que reforça “que todo dizer é ideologicamente marcado”, e “como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente”; que o discurso é “fortemente regido pela simbolização das relações de poder”.

Desse modo, Malafaia reforça a ideologização do discurso cristão pelo discurso político. Como bom sujeito da lógica do Capital e identificado à proposta de governo neoliberal defendida por Bolsonaro, ele posiciona-se discursivamente de modo a tentar convencer os evangélicos que se unem a ele pelo viés religioso, mas não pelo viés político.

A partir de um tom de desaprovação moral (Eu tenho vergonha), típico do sermão na igreja, Malafaia induz esses evangélicos a pensarem que cometeram um pecado ao votar em Lula.

## Sequência Discursiva 2

[...] presidente Jair Messias Bolsonaro. O senhor é o presidente legal em exercício. O senhor tem poder de convocar as forças armadas para botar ordem na bagunça que esse ditador fez! [...] Presidente Bolsonaro, como o senhor vai passar para a história? Como omisso? Covarde ou alguém que usa o seu poder legal? Deus tem misericórdia do Brasil!

Fonte: *YouTube*. “Bolsonaro e os militares. O que pode ser feito?” vídeo de 29/11/2022, acesso em 12/05/2023.

Na SD2, temos como condições de produção estritas o inquérito das fakenews que tem como relator o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Na ocasião, o ministro investigava os ataques dos seguidores e do próprio presidente Jair Bolsonaro ao STF. Vemos no enunciado “O senhor tem poder de convocar as forças armadas para botar ordem na bagunça que esse ditador fez”, um discurso que incita os seguidores de Malafaia a ações golpistas. O modo como se refere a Alexandre de Moraes (esse ditador), soa paradoxal no discurso do pastor, pois ele acusa o ministro da justiça de “ditador”, ao mesmo tempo em que incentiva o presidente Bolsonaro a fazer uso das forças armadas para quebrar a ordem

<sup>7</sup> Ver: “O significado de pecado no hebraico”, disponível em: <https://lp.israelbiblicalstudies.com/>, acesso em 12/05/2023.

institucional. Instiga o uso da força militar para coagir as outras instituições da República e atenta contra o Estado Democrático de Direito.

Ao posicionar-se politicamente (o senhor tem o poder de convocar as forças armadas), Malafaia apela ao discurso cristão (Deus tem misericórdia do Brasil!). Uma estratégia discursiva muito utilizada por políticos de extrema-direita. O enunciado também nos permite associar as palavras de Malafaia ao discurso fascista. Cabe destacar aqui algumas características do fascismo que são possíveis de identificar no seu posicionamento: a valorização do totalitarismo e do militarismo, obsessão com a segurança nacional, e o uso da religião como forma de manipulação. O evangélico faz uso da retórica religiosa como forma de manipulação do povo em favor de um projeto político de tomada (à força) do poder.

### Sequência discursiva 3

[...] a ditadura do STF comandada por Alexandre de Moraes. Rasgam sucessivamente a constituição, inventaram um inquérito imoral e ilegal de FAKENEWS que não está no ordenamento jurídico brasileiro. Prendem deputado, prendem gente do povo, cerceiam a liberdade do povo, e agora, Gilmar Mendes, numa canetada tira o Bolsa-família do orçamento. O que o STF tem haver com isso? É atribuição do legislativo, o STF é guardião da Constituição.

Que vergonha! E nós assistimos o PT e seus puxadinhos que usam a democracia, mas não tem nada haver com democracia: PT, PSB, PSOL, REDE, PCdoB. De vez em quando um é levantado pra o serviço sujo. Dessa vez foi a Rede que entra no STF pra que o STF decida sobre o orçamento. Gente! É a falência dos poderes da República! [...] Esses caras vivem fazendo isso! Não temos mais no Brasil executivo, nem legislativo. Temos a ditadura do STF. Que vergonha, que absurdo! [...]

Fonte: *YouTube*. "A ditadura do STF. O poder legislativo é ridicularizado.", publicado em 19/12/2022, acesso em 12/05/2023.

Na SD3, o sujeito critica o poder do Supremo Tribunal Federal (STF), classificando as ações da instituição como uma "ditadura" e classifica as ações dos partidos políticos contrários ao governo Bolsonaro (PT, PSB, PSOL, REDE, etc.) como "antidemocráticas". Seu posicionamento se engendra à lógica da sociedade neoliberal e da política de ultradireita que visa abolir o Estado Democrático de Direito.

O discurso de Malafaia, além de revelar as concupiscências da união entre a igreja evangélica que ele representa e a política de extrema-direita brasileira, retoma uma memória discursiva (ORLANDI, 2012): um discurso (o religioso) legitimando outro discurso (o político), como aconteceu na Idade Média e, no período do Brasil Império, em que pelo texto da Constituição de 1824, consolida-se a união entre o Estado brasileiro e a igreja católica tornando sólidos alicerces para a manutenção da sociedade-verdade (CASAMASSO, 2010). O discurso do sujeito Malafaia revela uma formação discursiva heterogênea própria do discurso religioso, mas que desvela sua formação ideológica e sua formação social que se engendra na lógica antidemocrática e no modelo neoliberal que ele representa, da reprodução dos meios de produção da classe dominante.

Atualizando para os dias de hoje, a *verdade* que legitima a ideologia dominante (a política neoliberal) é o discurso disseminado pela igreja evangélica, através da figura do Pastor Silas Malafaia. Ao enunciar, o sujeito o faz não somente em nome de Deus, mas também em nome do poder executivo, e "autoriza" o presidente da

República a “convocar as forças armadas para botar ordem na bagunça”, isto é, a dar um golpe de estado para se manter no poder.

Esse discurso pode parecer estranho (um líder religioso defender um golpe militar e, como consequência, uma ditadura), porém, na perspectiva discursiva, ele soa familiar e tem relação com o nosso passado histórico recente, ou seja, com as condições de produção discursivas amplas e sua relação com o interdiscurso, ou memória discursiva como categoriza Orlandi (2012).

Quem não se lembra do golpe militar no Brasil em 1964, das marchas pela família e contra o comunismo patrocinado pela elite dominante e pela igreja católica? Atualiza-se, assim, hoje, pela igreja evangélica, uma memória discursiva: o mesmo discurso e as mesmas práticas, com o lema “Deus, Pátria e Família” e com a “Marcha para Jesus”.

#### Sequência Discursiva 4

[...] Quando um povo que não tem memória rasga sua própria história e joga na lata de lixo seus princípios, crenças e valores. O futuro dessa nação é incerto. Sabe o que estão deixando para as gerações futuras do Brasil? O crime compensa. Se você for para cadeia porque cometeu algum crime, mas tem amigos poderosos eles vão fazer um arranjo jurídico, arrancar você da cadeia, te dar uma ficha de bons antecedentes, você vai ser ficha limpíssima, vai poder concorrer à presidência do Brasil e ser eleito presidente. Que vergonha povo brasileiro! Que vergonha! A minha oração é que Deus, em nome de Jesus, livre o nosso país desses corruptos e que venham tempos de bênçãos e prosperidade para nossa nação. Deus abençoe você, sua família, Deus abençoe a Amada Pátria brasileira.

Fonte: *YouTube*. “Lula presidente! E agora Brasil”, publicado em 30/12/2022, acesso em 12/05/2023.

Na SD4, temos o enunciado “Quando um povo que não tem memória rasga sua própria história e joga na lata de lixo seus princípios, crenças e valores. O futuro dessa nação é incerto. Sabe o que estão deixando para as gerações futuras do Brasil? O crime compensa”.

O enunciado corresponde a um discurso ético moral de caráter policialesco, que evoca o discurso político-jurídico punitivo que dominou a cena política brasileira pelos últimos 10 anos e que teve como protagonista a chamada operação “Lava Jato”.

A Lava Jato criminalizou a política com a justificativa de punir corruptos, mas levou ao descrédito as instituições políticas, sobretudo, pela parcialidade do juiz Sergio Moro. Este foi responsável pela condenação do presidente Lula através de um processo repleto de imprecisões jurídicas, que levou o STF à anulação das sentenças.

Por esse posicionamento, o sujeito retoma um discurso muito utilizado pela elite dominante, nos momentos de crise da história política do Brasil, discurso este que remete a uma memória discursiva e à atualização do discurso da classe dominante no sentido de deslegitimar seus adversários políticos através de um discurso moralista punitivo. A exemplo, temos o discurso de Jânio Quadros e o *jingle* de campanha eleitoral: “varre, varre vassourinha, varre a corrupção”. Jânio Quadros foi candidato do Partido Trabalhista Nacional (PTN), apoiado pela conservadora União Democrática Nacional (UDN), nas eleições para a presidência do Brasil em 1960.

Outro exemplo é “o caçador de Marajá”, título atribuído ao então candidato à presidência da República, Fernando Collor de Mello. Os chamados “marajás” eram funcionários públicos que, por meio de processos fraudulentos, acumulavam

vencimentos e benefícios exorbitantes. Mas, depois, em 1992, Collor sofreu processos de impeachment por corrupção, que ficou comprovada através do escândalo da casa da Dinda e do caso PC Farias.

Lembramos também que em 2018, durante o processo eleitoral, Bolsonaro ganha as eleições presidenciais através desse discurso de anticorrupção, coroado pela operação Lava Jato.

Ao associar os fatos históricos descritos ao momento atual, vemos que a estratégia discursiva da política neoliberal continua a mesma: Criar uma narrativa anticorrupção que demoniza os seus opositores políticos, com o objetivo de tomar o poder a qualquer preço, mesmo que seja pela força das armas.

No enunciado “se você for para cadeia porque cometeu algum crime, mas tem amigos poderosos eles vão fazer um arranjo jurídico, arrancar você da cadeia, te dar uma ficha de bons antecedentes, você vai ser ficha limpíssima<sup>8</sup>, vai poder concorrer à presidência do Brasil e ser eleito presidente”, o sujeito põe em dúvida a imparcialidade do judiciário, e mesmo sem citar literalmente o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, sugere que ele é beneficiário da parcialidade do STF. Os magistrados, na contramão do que prega o estatuto da magistratura, estariam a serviço de interesses particulares e não julgariam com isenção.

É notório saber que em um país capitalista não tenhamos uma justiça que atenda todas as demandas da sociedade e, em especial, a dos menos favorecidos. Entretanto, colocar em xeque a credibilidade da justiça fere os princípios do Estado Democrático de Direito e não se coaduna com a postura ética de um líder religioso que, em tese, deveria pregar o respeito às instituições.

Outro ponto a destacar é que, em todas as sequências descritas, aparece a palavra “vergonha” que, como já apontamos, reflete o modo como o sujeito se posiciona a partir do discurso religioso, moralista, para dirigir-se politicamente aos evangélicos, com o propósito de deslegitimar os poderes constituídos e, assim, colocá-los contra as instituições.

Reproduzimos aqui o pensamento de Rancière (1995) que entende a política como o confronto entre classes sociais em relação de antagonismo. É a divisão do corpo social ou a luta de classes (PÊCHEUX, 2009), isto é, a luta entre aqueles que detêm o poder e aqueles que lutam por ele. A política implica jogos de poder e de exclusão. Neste sentido, percebemos que para a manutenção da ideologia dominante, o discurso político alcança as massas através do discurso religioso-cristão. E a luta pelo poder se configura em suas formas mais beligerantes, na qual o outro não é só um adversário a ser vencido, mas a ser eliminado.

## **CONCLUSÃO**

Mesmo assumindo que, nas sociedades modernas, a política e religião constituem domínios de sentido e ação analiticamente distintos, as relações entre os dois universos ganham particular acuidade quando apreciamos o caráter de cada um deles.

Pelas análises, vimos que a igreja evangélica (pela figura de Malafaia) participou ativamente da campanha de Jair Messias Bolsonaro, exercendo um poder paralelo que se manifestou seja pela influência que a mesma exerce no campo das

---

<sup>8</sup> A lei da ficha limpa foi sancionada pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, transformando-se na Lei Complementar nº 135, de 04 de junho de 2010. Esta lei proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância possam se candidatar politicamente.

mentalidades (o discurso), seja no comportamento que os seus representantes assumem (as práticas).

Nesse sentido, Malafaia configura-se como o bom sujeito do neoliberalismo, um sujeito moldado pela forma-sujeito da sociedade capitalista, submetido à ideologia da classe dominante e que, através do discurso religioso-cristão, posicionou-se contrariamente aos seus adversários políticos e às instituições que representam o Estado Democrático de Direito brasileiro.

Isso está na base do aparelhamento ideológico do estado, isto é, no que Althusser (1985) descreve como sendo a igreja como um instrumento ideológico que contribui para a consolidação de um projeto de poder da classe dominante.

Pelas análises não vislumbramos buscar a verdade, o que seria presunção de nossa parte, mas baseados na conjuntura histórica brasileira e na teoria pecheuxtiana, pensamos ter sido possível apontar alguns dos sentidos que atravessam o discurso do sujeito Malafaia e como a igreja evangélica vem exercendo o papel de AIE. Nesse sentido, esperamos ter contribuído para a divulgação da teoria e para o aprofundamento da questão por outros autores da Análise do Discurso pecheuxtiana.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BASCHET, J. **A Civilização Feudal**: do ano mil à colonização da América. São Paulo: Editora Globo, 2006.

CAMPOS, L. S. Religião, prática política e discurso de evangélicos brasileiros no período republicano. In: SILVA, E. M.; BELOTTI, K. K.; CAMPOS, L. S. **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p.149-187.

CASAMASSO, M. A. L. Estado, Igreja e liberdade religiosa na “Constituição política do Império do Brasil” de 1824. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2010, pp. 6167-6176.

DECCA, E. S. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ENGELS, F. **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Global, 1986.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/28636/17316>. Acesso em: 18 mai. 2023.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. 307f. Tese (doutorado em sociologia) - Universidade Estadual

de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1993.

HOBBSAWN, E. J. A Revolução Francesa. In: HOBBSAWN, E. J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 71-94, 1981.

MALAFAIA, S. **A resposta à matéria fake da Veja, dizendo que mandei boicotar o Nordeste**, YouTube, 01 nov. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OqgkdCf8McU>. Acesso em: 12 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **A ditadura do STF. O poder legislativo é ridicularizado**. YouTube, 19 dez. 2022. Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=2Pol8cW8\\_zs](https://www.youtube.com/watch?v=2Pol8cW8_zs). Acesso em: 12 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Bolsonaro e os militares. O que pode ser feito?** YouTube, 29 nov. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k-SNwIDrVZk&t=63s>. Acesso em: 12 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. **Lula presidente! E agora Brasil?** YouTube, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PtN3KO27TAU>. Acesso em: 12 mai. 2023.

MARX, K. O Capital Livro 1 - O processo de produção. In: MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editorial Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, R. M. Revolução Industrial na Inglaterra: um novo cenário na Idade Moderna. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v.1, pp. 89-116, 2017.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, E. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. **Com Ciência**, Campinas, n. 89, 2007. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2012.

RANCIÈRE, J. **La méésentente**. Paris: Galilée, 1995.

SILVA, F. B. **Dicionário**. 11. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1981.

SOCIAIS, E. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. **Agência IBGE Notícias**, 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espíritas-e-sem->

